



Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do Século XX

(Texto de apresentação de tese de Doutoramento)

Cidália Viegas de Carvalho
Universidade de Coimbra

As definições de nação e de identidade não se caracterizam de forma alguma pela simplicidade ou pela facilidade, como se comprova pelos estudos realizados na segunda metade do século XX, por Eric Hobsbawn, Stuart Hall, e Benedict Anderson, entre outros. Longe vão os tempos em que as evidências históricas e geoculturais eram elementos suficientes para esclarecer estes conceitos. A formação da nação parte de uma realidade múltipla e dinâmica, que compreende elementos tão diversos como território, povo, estado, constituição, língua, História, mitos, arte e religião; pode atribuir-se a sua origem a fatores étnicos, segundo alguns autores, ou aspetos cívicos e políticos (como a intenção de um grupo de indivíduos, de uma coletividade política se formar como estado independente), na opinião de outros.

Por seu lado, também se argumenta que a nação moderna assenta numa base imaterial, alicerçada num sistema coeso de representação simbólica e sociocultural, e, em certa medida, por uma componente afetiva. Etimologicamente (como lembra Fernando Catroga), a “pátria” é “a terra dos pais”, o espaço coletivo de referência, motivo pelo qual se constitui como uma forma superior de identificação; qualquer comunidade é marcada pelo sentimento de união, pelo desejo de viver junto, e pela vontade de perpetuar o valor integral da herança que se recebeu. Isto faz com que haja uma constante dialética entre, por um lado, um sentido de pertença que vai sendo renovado ao longo dos tempos; por outro, com a elaboração de uma imagem de si que sirva de alicerce a um futuro comum.

Sejamos adeptos de uma ou outra visão, a verdade é que a ideia que formamos da nação é um construto cultural sustentado por num vasto legado de histórias e mitos; uma narrativa protagonizada por homens e mulheres que souberam fazer convergir vontades e se tornaram em algum momento intérpretes das aspirações coletivas. Assim é legítimo considerá-la, na senda de B. Anderson, como uma *comunidade imaginada*. Só no plano imaginário, com efeito, se pode invocar a “alma” de uma nação, cuja singularidade se traduz na sua relação de um Povo consigo e com o Outro. No mesmo sentido, a identidade nacional, como defende Stuart Hall, não se deve entender como uma essência (já que representa as diferenças individuais sob uma forma de unidade artificial, que contempla inclusivamente os indivíduos em diáspora), mas antes como um conceito discursivo; uma construção inacabada em suma, de que a língua e a expressão literária constituem a manifestação mais autêntica e a base da memória grupal.

No caso português, o legado histórico-mítico engloba valores como a coragem, a ousadia e a fé cristã. Tais atributos contribuíram para que a nossa autoimagem, associada a um passado heroico, fosse bastante sobrestimada, como em muitos outros povos. Vieram depois os Descobrimentos, que nos destacaram no espaço europeu. A partir de então, as ideias de nação e de império colonial ultramarino são indubitavelmente inseparáveis, uma vez que Portugal possuiu colónias transoceânicas durante cinco séculos. Este alargamento também lhe valeu a criação de uma imagem algo contraditória: a realidade de uma nação pequena e periférica contrasta com a ideia assumida de povo predestinado, senhor dos mares e da conquista, que deu a conhecer *novos mundos ao mundo*. O projeto expansionista começou a questionar-se ainda durante os Descobrimentos, acentuou-se com o final do império, e viria a culminar na Revolução de 25 de Abril de 1974, que obrigou a uma reconfiguração do espaço nacional.

Como é sabido, a literatura tem um papel importante na conformação da identidade nacional, quer por dar expressão às tradições e mitos nacionais quer por produzir narrativas dramatizadas dos grandes momentos coletivos. Ou seja, o cânone literário de uma nação quase sempre incorpora uma componente criadora de uma mitografia, no sentido amplo do termo: um conjunto de personagens e eventos a partir dos quais se constitui uma representação simbólica do “ser” e do percurso nacionais.

No caso da Literatura Portuguesa, a configuração da mitografia passa por diversas façanhas extraordinárias ligadas a figuras tornadas simbólicas do nascimento do Povo e da Nação, como Viriato, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, mais tarde os feitos de D. João I e Nuno Álvares Pereira, ou ainda os heróis e mártires dos Descobrimentos, como o Infante D. Henrique, ou D. Sebastião; a eles se associam eventos de teor místico-lendário como o

Milagre de Ourique (símbolo da predestinação lusa), as visões do Condestável ou as profecias do Bandarra. Assim nascem verdadeiros mitos, no sentido estrito do termo, como o Sebastianismo (que após o desastre de Alcácer-Quibir se reinventa na figura do Encoberto redentor); ou o Quinto Império (o ponto alto da fantasia messiânica portuguesa, que preconiza Portugal no comando de um novo império, na linha dos milenarismos ancestrais). Estes e outros mitos nacionais, que surgem na literatura quase como um testemunho profético, fazem com que a imagem da nação portuguesa ultrapasse os seus próprios limites temporais e se eternize, erguendo-se a um valor superior em termos religiosos e culturais. Virá depois a contraface desta mitografia, a que dedicaremos a parte mais substancial do nosso estudo.

Não se pode deixar de lembrar que a literatura de ficção é um dos meios mais adequados para perceber a mundividência de um povo, a sua autognose e as relações interculturais. Nessa visão do mundo que os portugueses criaram, a viagem constitui uma temática muito relevante. Por este motivo, o cânone literário português perpetua ainda a ideia de um país em constante diáspora, cujo destino envolvia a viagem e a nostalgia. As representações deste imaginário surgem na Literatura Portuguesa ainda na Idade Média, tornam-se verdadeiramente relevantes e específicas das narrações durante o século XVI e prolongam-se até à atualidade, embora com diferentes cambiantes, que vão desde a descrição à glorificação e passando finalmente ao processo de condenação e de exorcismo da fantasmagoria e dos traumatismos coletivos. Estes dois últimos itens surgem numa época mais recente, aliados a uma dimensão nostálgica inerente à memória e ao seu caráter testemunhal, oscilando entre a perda e a conservação; há a necessidade de lembrar o passado incómodo para o reler em termos descomplexados; ou mesmo para esquecer os fantasmas ligados à decadência e a traumas como o desaparecimento de D. Sebastião ou a perda do Império Colonial.

O momento mais exaltante da nossa História foi, sem dúvida, marcado pela viagem: a aventura da Expansão marítima cuja mitificação maior ocorre, como é sobejamente conhecido, com a epopeia camonianiana. A viagem do Gama, investida de uma forte dimensão simbólica, adquiriu desde então um lugar central na memória cultural portuguesa. A temática da viagem, já presente na nossa literatura desde a poesia e a crónica da Idade Média, sedimentara-se entretanto através de diferentes géneros, como os relatos de naufrágios, mas sobretudo roteiros de viagem, relatos de expedição e de missionação, e crónicas, tendo vindo a configurar-se como uma especificidade da literatura nacional. Estas obras de teor principalmente documental possibilitavam aos portugueses obter uma experiência mais vasta e percepções da realidade com que contactavam; nelas, eram apontados aspetos rele-

vantes dos locais descobertos ou conquistados, assim como dos seus povos e costumes. É o caso da famosa Carta de Pêro Vaz de Caminha, que dá conta da viagem e descoberta do Brasil, e que, sem deixar de ser um registo oficial, oferece também uma perspetiva pessoal e bastante colorida dos habitantes do Novo Mundo; ou das muitas descrições e crónicas sobre as partes da Índia, onde se revela todo o fascínio que o Oriente exerceu sobre os Europeus.

São porém raros os textos de viajantes singulares que relatam experiências aventurosas, como Fernão Mendes Pinto, na sua *Peregrinação*. Esta obra, única no género (até pelo estatuto modesto do autor, que lhe permite um relato muito livre), apresenta uma visão pouco abonatória dos Portugueses no Oriente, oposta à euforia da epopeia Lusíada. Já antes dele tinham surgido outras vozes críticas na literatura, como foi o caso de Garcia de Resende e Sá de Miranda, mas nenhuma decerto com um testemunho vivencial tão punitivo. Esta reação antiexpansionista perduraria no tempo e é facilmente encontrada em autores dos séculos XIX, que lançaram críticas ferozes à gesta quinhentista e questionaram o próprio sentido de pertença a uma nação dita imperial. A ideia de decadência, difundida por autores da Geração de 70 (e já antes por Almeida Garrett, Alexandre Herculano) deixaria marcas profundas na perceção do passado.

Seguindo a inspiração épica (com vista ao fortalecimento do nacionalismo português, o que se foi verificando em momentos de crise e de ameaça à soberania nacional) ou recorrendo à autocrítica e à ironia, a Literatura Portuguesa do século XX perpetua o processo de mitificação, mesmo se contribui para contestar a versão oficial dos eventos. Na linha literária da sublimação da aventura e dos heróis lusos encontram-se sobretudo obras poéticas, das quais tem lugar maior a *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Dando destaque às figuras cimeiras da fundação da nacionalidade e das Descobertas, o poema interpreta em tom épico-lírico o determinismo providencialista – Portugal, a nação escolhida por Deus tornar-se-á a cabeça da Europa, reinventando a antiga utopia do Quinto Império.

À sua maneira muito própria, também *Navegações*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, revisita o período das Descobertas e invoca os navegadores Quinhentistas. O seu canto transporta o rasto camoniano, mas a celebração patriótica transforma-se num hino de deslumbramento perante o vasto mundo, que de novo se descobre como na primeira vez. Já *O Canto e as Armas*, de Manuel Alegre, outra obra poética que se desenvolve em relação intertextual com *Os Lusíadas*, se manifesta em sentido oposto, denunciando a face negativa da epopeia. Ligando a diáspora do passado e a do presente, os poemas dão voz crítica a uma vaga de expatriados da época salazarista, nos quais o próprio autor se inclui.

Mas é sobretudo na ficção narrativa que podemos encontrar as mais expressivas representações desta temática, nas suas diferentes derivações.

São incontáveis os exemplos de narrativas de viagem na Literatura Portuguesa, textos que, de uma forma ou outra, apontam para o caráter aventureiro do povo luso e do seu destino, que parece cruzar-se constantemente com o mar. Em primeiro lugar, há que referir a literatura de imigração. Analiso dentro deste subgénero a novela *O Senhor Ventura*, de Miguel Torga, cuja narração dá a conhecer as aventuras de um pícaro português de Penedono no Oriente. O emigrante torquiano tem um forte caráter alegórico: tal como acontecera com o herói da *Peregrinação*, Ventura confronta-se com culturas e costumes muito diferentes dos seus, sem com isso perder os traços típicos da lusitanidade; tal como Fernão Mendes Pinto, conhece a grandeza e a mesquinhez do ser humano e acaba enganado pela roda da fortuna, que o reconduz sem glória ao ponto de partida.

Outras obras da primeira metade do século XX remetem ainda para a viagem, enquanto destino forçado do povo português, com o afastamento da pátria a ocorrer por motivos económicos, como acontece, designadamente, em *Os Emigrantes*, de Ferreira de Castro. O romance evoca as viagens dos portugueses de Quinhentos ao relatar a jornada de um emigrante português para o Brasil em busca de riqueza; no entanto, também aponta algumas das consequências negativas da viagem (como a perda das raízes familiares e sociais) e o seu regresso à pátria acaba por acontecer em condições pouco felizes.

Esta temática reaparece de forma recorrente após a revolução de 1974, num contexto de forte politização da literatura: mencione-se, por exemplo, o romance polifónico *Gente Feliz com Lágrimas*, de João de Melo (1988), que, a par da saga açoriana, realça as saídas do país provocadas pela política colonial, que obrigava os jovens a emigrar para conseguirem evitar a incorporação forçada numa funesta guerra colonial, que nada lhes dizia ou contra a qual protestavam.

A memória do império frequentemente se cruza com a experiência traumática da guerra em África, nas muitas narrativas dos anos 70 e 80 sobre o tema. No seu conjunto, estas obras refletem acerca da experiência vivida dramaticamente por gerações portuguesas que cresceram ou combateram no chamado Ultramar Português; ou sobre os que, na hora do regresso, sofrendo o despauamento e a crise de identidade, se interrogam sobre o sentido e a perda do Império colonial. Assim sucede em *Os Cus de Judas* (1979), *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988) ou em *Jornada de África, Romance de Amor e Morte do Alferes Sebastião*, (1989) de Manuel Alegre. Este último romance acompanha a vivência de um jovem estudante coimbrão de ideias anticolonialistas a quem a guerra faz perder as ilusões (como acontece com o próprio país) e que, à semelhança do jovem rei seu homónimo, acaba por desaparecer em combate. A questão da memória torna-se central no belo romance de Lídia Jorge que realiza uma viagem pela identidade nacional

e individual, mostrando como os ideais se diluem com a experiência do Mal; neste caso a perspectiva é de uma jovem esposa que regressa à metrópole, vinda do território moçambicano cuja tomada de consciência vai desconstruindo a versão do discurso oficial relativa à guerra colonial. Outras obras colocam o enfoque na problemática do regresso, como *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes (1997), ou ainda em *Lusitânia*, de Almeida Faria (1980), a que me refiro de forma menos aprofundada.

O humor e a fantasia são também uma maneira de lidar com o passado, de exorcizar fantasmas. Refiro-me a outro grupo de narrativas, em que a temática das navegações persiste, mas recobrando-se de novas modulações, não raro irónicas e paródicas.

O diálogo com a época dourada da diáspora nacional, o tempo do império ultramarino, modeliza-se de forma imaginativa em quatro obras dos anos 80 e 90: *A Jangada de Pedra*, de José Saramago (1986), *As Naus*, de António Lobo Antunes (1988), *O Conquistador*, de Almeida Faria (1990), e *Tocata para Dois Clarins*, de Mário Cláudio (1992). Todos estes romances representam com profunda ironia o período das Descobertas e toda a mitificação identitária que estas congregam.

Na obra de Mário Cláudio, assiste-se, a propósito de uma visita à Exposição do Mundo Português de 1940 – a uma glorificação das Descobertas Marítimas tal como foi acontecendo ciclicamente em Portugal, quando se registava a necessidade de levantar ânimos e empreender novas ações; através de uma narração a duas vozes, mostra-se na sua oca eloquência a máquina de propaganda salazarista em pleno funcionamento, numa tentativa de justificar a necessidade da permanência nas colónias africanas; pretendia-se assim dar um sentido de continuidade ao passado nacional, o que legitimaria a ideologia do governo e as suas ações que, na generalidade, não mobilizavam a população.

Podemos considerar *As Naus*, de António Lobo Antunes, como uma antiepopéia paródica ou simplesmente como uma fantasmagoria, em que o passado imperial e o presente pós-imperial se encontram amalgamados, num retorno improvável de figuras de proa da época das Descobertas; desembarcados na Lisboa moderna, Luís de Camões e os seus heróis vagueiam numa atmosfera grotesca, de miséria social e humana. Num tom mais humorístico, também Almeida Faria, no romance *O Conquistador*, revisita a mitologia nacional, parodiando, através do seu protagonista, a figura histórica do jovem rei desaparecido em Alcácer-Quibir, em 1578. Transformado num herói burlesco, Sebastião é um conquistador de mulheres, em sintonia com uma visão degradada do nosso tempo.

Finalmente, em *A Jangada de Pedra*, José Saramago, constrói uma utopia pós-moderna através do recurso a elementos fantásticos: um insólito fenómeno geológico dá lugar à formação de uma ilha flutuante, que não é mais que a Península Ibérica a navegar pelo Oceano

Atlântico. O cunho fantasioso desta narrativa não impede que contribua, à sua maneira, para um processo de reconhecimento coletivo: o narrador aponta alegoricamente para a força de união ibérica face a uma Europa que se agrega numa comunidade económica sentida na altura como artificial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alegre, M. (2007). *Jornada de África*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Alegre, M. (1974). *O Canto e As Armas*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Alegre, M. (1995). *30 Anos de Poesia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70.
- Andresen, S. de M. B. (2004). *Navegações*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Antunes, A. L. (2006). *As Naus* (6ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, A. L. (1989). *Fado Alexandrino* (6ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, A. L. (2000). *Os Cus de Judas* (20ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, A. L. (2009). *Memória de Elefante*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Antunes, A. L. (1997). *O Esplendor de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Caminha, P. V. de (n.d). *Carta de Achamento do Brasil*. In <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/brasil-colonia-documentos-1-carta-de-achamento-do-bras-il.htm>.
- Camões, L. de (1974). *Os Lusíadas* (4ª edição). Porto: Porto Editora.
- Castro, F. de (2001). *Os Emigrantes* (25ª edição). Lisboa: Guimarães Editores.
- Catroga, F. (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Cláudio, M. (1992). *Tocata Para Dois Clarins*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Faria, A. (1987). *Lusitânia* (5ª edição). Lisboa: Editorial Caminho.
- Faria, A. (1990). *O Conquistador*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Gil, A. C. C. (2005). *A Identidade Nacional na Literatura Portuguesa: De Fernão Lopes ao Fim do Século XIX*. Açores: Universidade dos Açores.
- Halbwachs, M. (2004). *A Memória Colectiva*. São Paulo: Ed. Centauro.
- Hall, S. (1997). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A.
- Hobsbawm, E. J. (1990). *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jorge, L. (2004). *A Costa dos Murmúrios* (14ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, E. (1992). *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Macedo, H. (1991). *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença.
- Melo, J. de (1992). *Gente Feliz com Lágrimas* (9ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pessoa, F. (1987). *Mensagem*. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Pinto, F. M. (1995). *Peregrinação*. Lisboa: RBA Editores.
- Saramago, J. (2002). *A Jangada de Pedra* (13ª edição). Lisboa: Editorial Caminho.
- Tavares, G. M. (2010). *Uma Viagem à Índia*. Lisboa: Caminho.
- Torga, M. (2007). *O Senhor Ventura* (5ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.